Art. 5º Fica facultado ao Fundo da Infância e Adolescência Nacional, Estadual/DF e Municipal, excepcionalmente nos anos de 2013, 2014 e o FIA do Estado do Rio de Janeiro ainda em 2015 e 2016 a abrir editais de financiamento que custeiem exclusivamente programas que incentivem e fortaleçam espaços para a oferta e o desenvolvimento de atividades de lazer, esporte, cultura, convivência familiar e comunitária, tais como:

I - investimento na manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, para uso exclusivo da política da infância e da adolescência;

II - atendimento direto de crianças e adolescentes por entidades não governamentais e governamentais;

III - campanhas na mídia para proteção à infância e adolescência durante todo o período dos eventos esportivos;

IV - repasses Fundo da Infância e Adolescência Nacional para os Fundos da Infância Estadual/DF e Municipal, mediante plano de aplicação; e

V - ações de fortalecimento do protagonismo adolescente ligados ao tema dos eventos esportivos.

Art. 6º Os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente devem incidir no PPA/2013 a fim de garantir recursos para promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescente no período de realização da Copa do Mundo, grandes eventos e Olimpíadas:

I - garantindo recursos para o FIA;

II - garantindo recursos para a formação dos atores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) (política de segurança, assistência social, saúde e proteção da criança), bem como do trade turístico (rede hoteleira, restaurantes e etc) quanto à abordagem de Direitos Humanos ao longo da realização do evento;

III - garantindo recursos para ser aplicados em programas que incentivem e fortaleçam espaços para a oferta e o desenvolvimento de atividades de lazer, esporte, cultura, convivência familiar e comunitária;

IV - garantindo recursos para ações que fortaleçam e incentivem o protagonismo infanto-juvenil;

V - garantindo recursos para o fortalecimento dos órgãos de controle social da sociedade civil, como frente, fóruns, redes, comitês; e

VI - previsão de recursos orçamentários conforme caput deste artigo não deve comprometer a continuidade da política permanente de promoção e defesa das crianças e dos adolescentes.

Art. 7º Recomendar aos Conselhos dos Direitos que seja intensificado o monitoramento dos gastos nas ações da infância e adolescência no período da Copa das Confederações, Copa do Mundo e Grandes eventos.

Parágrafo único. Recomendar a sociedade civil, fomentar na atuação dos órgãos de controle social, conforme art. 21 da Resolução 113 do CONANDA e em especial os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA IZABEL DA SILVA

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA
OPERACIONAL
GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES
DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIAS DE 3 DE MAIO DE 2013

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 1.128 - Ratificar a suspensão, cautelar, do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA), emitido em favor de Maravilha Táxi Aéreo Ltda.; processo administrativo nº 00065.089795/2012-84; e

Nº 1.129 - Ratificar a cassação do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA), emitido em favor de CRUISER LINHAS AÉREAS LTDA.; processo administrativo nº 00065.054948/2013-53.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço <http://www.anac.gov.br>.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 59, DE 3 DE MAIO DE 2013

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 10º, do Anexo I, do Decreto Nº 7.127, de 04 de março de 2010, tendo em vista o disposto no Capítulo XII, Art. 69, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 17, de 13 de julho de 2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o que consta do processo nº 21024.002242/2011-09, resolve:

Art. 1º Impor a sanção de suspensão temporária do credenciamento à entidade JE Controle e Rastreamento Ltda, CNPJ 05.788.798/0001-00, estabelecida à Avenida Garibaldi Teixeira nº 118, Bairro Centro, Quirinópolis - GO, CEP 75860-000, em razão das não-conformidades encontradas no processo 21024.002242/2011-09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO DA CUNHA CAVALCANTI JÚNIOR

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS
AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS
E AFINS

ATO Nº 28, DE 2 DE MAIO DE 2013

1. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Certero registro nº 04899, foram aprovadas alterações nas recomendações de uso do produto com o aumento da dose e aumento do número de aplicações na cultura de Cana-de-açúcar.

2. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração de marca comercial do produto Lambda-cialotrina50 EC Genbra registro nº 01911, para a marca comercial Judoka.

3. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração da marca comercial do produto Tebuconazole 200 WC Genbra, para a marca comercial Eradicur.

4. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante United Phosphorous Ltd - 3-11 GIDC, Vapi, Gujarat - Índia, no produto Produtor BR registro nº 14611.

5. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, atualizemos o endereço do fabricante Gharda Chemical Limited, o correto é D ½ MIDC, Lote Parshuram, Tal. Khed, District Ratnagiri 415-722 Maharashtra - Índia no produto Capatazbr registro nº 01512, e onde esta conste como fabricante e/ou formulador.

6. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Cruiser 350 FS registro nº 03105, foi aprovado alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão do alvo biológico Pulgão-das-raízes (Rhopalosiphum rufiabdominale) na cultura do Arroz convencional e Arroz irrigado.

7. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, a ANVISA reclassificou o produto Boral registro nº 07495, da Classe Toxicológica IV - Pouco Tóxico, para a Classe Toxicológica II - Altamente Tóxico.

8. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, o IBAMA reclassificou o

IBAMA reclassificou o produto Boral 500 SC registro nº 07495, da Classe Ambiental III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente, para a Classe Ambiental II- Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

9. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Poquer registro nº 8510, foi aprovado alterações nas recomendações de uso do produto com a inclusão das culturas de Alho, Café, Cebola, Cenoura, Fumo, Mandioca, Melancia e Tomate.

10. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso I, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Nativo registro nº 00205, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura de Eucalipto para o controle de Ferrugem do eucalipto (Puccinia psidii).

11. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Evidence 700 WG registro nº006294, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico Vespa-da-galha (Leptocybe invasa) na cultura de Eucalipto (Viveiro).

12. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, de janeiro de 2002, no produto Tuit Florestal registro nº 006504, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico Vespa-da-galha (Leptocybe invasa) na cultura do Eucalipto.

13. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Actara 250 WG registro nº10098, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico Vespa-da-galha (Leptocybe invasa) na cultura do Eucalipto.

14. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade Registro Especial Temporário MIL FF 0535/12 nº 9512, da empresa Milenia Agrociências S.A - Londrina/PR, para a empresa Nelty do Brasil Comércio, Importação e Exportação de Produtos Químicos Ltda, sito à Rua Bento Rodrigues Bastos, nº 52 - Vila Friburgo, São Paulo /SP - CEP: 04782-040.

15. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Arysta LifeScience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda - Salto de Pirapora / SP - CNPJ: 62.182.092/0012-88, a importar o produto Prevent registro nº 16507.

16. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda- Rio Claro/SP- CNPJ: 68.392.844/0001-69, a importar o produto Clorpirifós Sabero 480 EC registro nº 19208.

17. De acordo com o Artigo 22§ 2º Inciso II, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, no produto Rotaprid 350 SC registro nº05809, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão do alvo biológico Psilideo (Diaphorina citri) na cultura do Citros.

18. De acordo com o Artigo 22§ 1º, do Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade dos registros dos produtos

Flumetralin Técnico WT registro nº 08906 e Flupro registro nº 18608, da empresa Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda - Rio Claro / SP, para a empresa Allierbrasil Agro Ltda - sito à Rua Dona Antonia de Queiroz, nº 504, sala 123, São Paulo / SP.

19. De acordo com o Decreto 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Disam - Distribuidora de Insumos Sul América Ltda - São Miguel do Iguaçú / PR.- CNPJ: 76.154.749/0001-55, a importar o produto Shar- Teb 200 EC registro nº 10612.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPrensa NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2

Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3

Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

<http://www.in.gov.br> ouvidoria@in.gov.br
SIC, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787